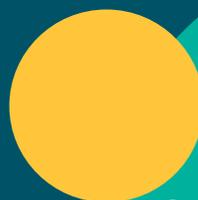




Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA)

O PGTA é um documento que foi criado para que os habitantes de uma Terra Indígena possam pensar, refletir e melhorar a gestão territorial e ambiental dessa terra. É um instrumento elaborado por povos indígenas com a finalidade de reivindicar políticas públicas e garantir seus modos de vida.



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Como são elaborados os Planos de Gestão Territorial e Ambiental?

Em seu processo de elaboração, o Plano de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas deve cumprir três tarefas importantes para ajudar seus moradores a alcançarem esse objetivo no futuro.

• 1

Primeiro, o PGTA deve reunir as ações, trabalhos e atividades que as aldeias e comunidades estão executando para tomar conta de uma Terra Indígena desde o passado até o momento presente. Nesse caso, os moradores e moradoras de uma Terra Indígena podem pensar juntos e proporem formas de melhorar essas ações, trabalhos e atividades que já estão sendo feitos.

• 2

Em segundo, o PGTA deve mostrar os planos, ações e projetos que as comunidades pensam em fazer no futuro para melhorar a qualidade de vida na sua Terra Indígena, fortalecer a cultura, os conhecimentos locais e conservar o meio ambiente.

• 3

Em terceiro e, por fim, ele deve apresentar os caminhos que as aldeias e comunidades de uma Terra Indígena devem percorrer para criar jeitos de viver nessa Terra Indígena que sejam sustentáveis e que tragam alegria, saúde e tranquilidade para as aldeias e comunidades no futuro.

Por essas razões, o PGTA é um documento que deve ser feito pelas pessoas que vivem na Terra Indígena. Os habitantes das aldeias e comunidades podem contar com ajuda de parceiros, mas eles devem assumir o protagonismo no processo de elaboração do PGTA.

Como cada povo indígena possui ações e trabalhos próprios para gerir o território e tem planos de futuro diferentes, cada PGTA é feito para uma Terra Indígena específica. Depois de concluído, o PGTA passa a ser um documento que pertence às comunidades e pode ser usado de muitas formas.

Concluindo, o PGTA é um documento que tem a tarefa de mostrar os modos de vida e os jeitos das aldeias e comunidades tomarem conta de sua Terra Indígena, do meio ambiente e quais são os caminhos a serem trilhados e os planos que precisam ser postos em prática para seus habitantes viverem bem e felizes nessa terra no futuro.

Histórico do surgimento dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PGTA)

Muitas aldeias e comunidades em todo o Brasil estão enfrentando desafios parecidos para fazerem a gestão territorial e ambiental de suas Terras Indígenas. Povos indígenas começaram a ter que pensar em como tomar conta e cuidar de territórios demarcados ou em processo de regularização fundiária, com a população aumentando aos poucos e com a responsabilidade de tomar conta de certos recursos e conhecimentos que se não forem bem geridos, a vida das pessoas pode piorar.

Assim, vários povos indígenas que se encontram nessa mesma situação começaram a sentir necessidade de pensar junto com seus parceiros da sociedade civil organizada e com setores do governo em formas de organizar e sistematizar as experiências, ações e atividades que fizeram no passado e estão fazendo no presente para cuidar de seus territórios, manterem seus modos de vida e os caminhos que precisam trilhar para melhorar seus projetos que já estão sendo executados e colocar em prática seus planos de futuro.

Os PGTAs começaram a ser parte das políticas públicas do Brasil para a gestão territorial e ambiental das Terras Indígenas a partir das demandas dos povos indígenas junto ao Estado para assegurar a manutenção de seus modos de vida e para, garantir nos territórios demarcados ou em processo de regularização fundiária a qualidade de vida das pessoas e as condições de construir planos para o futuro que estejam de acordo com os jeitos de ser e de viver de cada povo, aldeias e comunidades indígenas.

Esse diálogo com o Estado para a implantação de políticas públicas específicas para a gestão ambiental e territorial das Terras Indígenas começou junto com as

lutas pelos direitos territoriais nos anos 80 e teve uma longa trajetória que resultou em uma conquista importante para os povos indígenas: a promulgação do Decreto nº 7.747 que instituiu no Brasil a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI) no ano de 2012.

A PNGATI foi elaborada com a participação dos povos e lideranças indígenas e implantada como política pública para justamente para dar conta de assegurar que todas as Terras Indígenas do Brasil pudessem ser apoiadas para criar e executar ações, planos e projetos de gestão territorial e ambiental que garantam um bom futuro para as aldeias e comunidades.

Essa política pública dispõe de alguns instrumentos para cumprir esse objetivo. Um dos mais importantes são os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas, (PGTAs) que começaram a ser elaborados de forma contínua em muitas Terras Indígenas no Brasil a partir da segunda década dos anos 2000. Como esses documentos têm os habitantes das aldeias de comunidades como protagonistas em seu processo de elaboração e de implantação, eles se transformaram em instrumentos participativos muito importantes para que sejam criados e executados ações, atividades e projetos específicos que respeitem as demandas e necessidades particulares de cada Terra Indígena e das Terras Indígenas de um modo mais geral.

A elaboração do PGTA em uma Terra Indígena geralmente ocorre com a ajuda e apoios diversos de parceiros. Isso pode acontecer através de parcerias dos habitantes das aldeias e comunidades com setores governamentais e com grupos e coletivos da sociedade civil organizada, como as Organizações Não-Governamentais (ONGs).

Comissão Pró-Índio de São Paulo
São Paulo, setembro de 2022.

Texto

Igor Alexandre Badolato Scaramuzzi

Projeto gráfico

Irmãs de Criação

Apoio Financeiro



EMBAIXADA DA NORUEGA



DKA Austria
Hilfswerk der Katholischen Jungschar

O conteúdo desta publicação é da exclusiva responsabilidade da Comissão Pró-Índio de São Paulo e não pode, em caso algum, ser tomado como expressão das posições de Embaixada da Noruega e de DKA.



Comissão Pró-Índio
de São Paulo

Rua Padre Carvalho 175
São Paulo • SP • 05427-100
(11) 3814 7228 • (11) 94483 2410

www.cpisp.org.br
cpisp@cpisp.org.br

Siga-nos

[proindiosp](#) [cpisp](#)

[proindio](#) [comissaoproindio](#)

Resultados da elaboração do PGTA. Por que ele é importante?

As conclusões do processo de elaboração do PGTA geralmente são consolidadas em uma publicação com textos, fotos, desenhos, mapas onde os habitantes de uma Terra Indígena colocam de um modo organizado suas experiências de gestão territorial e ambiental, seus planos de futuro e suas demandas em termos de políticas públicas.

Esses documentos viram fontes de informação sobre as experiências de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas e podem ser usados por outros povos indígenas, comunidades tradicionais e parceiros não indígenas. Por exemplo, se alguma Terra Indígena tem um tipo de trabalho de gestão territorial ou ambiental que está funcionando bem, esse trabalho pode ser conhecido e incorporado por outras Terras Indígenas, ou mesmo, virar uma política pública.

O PGTA geralmente serve como referência de trabalho para as gerações futuras de uma Terra Indígena, pois ele mostra todo o trabalho feito pelas lideranças e comunidades no passado e no presente e ele deve mostrar como esses trabalhos devem continuar. Ele também é importante para o futuro pois ele pode funcionar como uma espécie de acordo coletivo sobre questões que são importantes para todos que vivem em uma mesma Terra Indígena.

Para finalizar, O PGTA é um documento que pode servir de referência para os parceiros atuais e futuros das comunidades; ele pode funcionar como uma espécie de guia para direcionar os projetos e atividades a serem realizados nas comunidades e Terras Indígenas.